



Narrativas codificadas: as histórias que as mulheres negras atuantes em ambientes de produção de tecnologia digital desejam contar

CLAUDIANA APARECIDA BEZERRA CABRAL¹

Resumo

PretaLab é um projeto do Olabi Makerspace – espaço dedicado à apropriação de novas tecnologias. O PretaLab é um ponto de articulação de mulheres negras nos espaços digitais, seja como produtoras de tecnologia ou como produtoras de conteúdo. Pode-se dizer que é um ponto de articulação, à medida que promove encontros entre coletivos, mundo corporativo e organismos governamentais em busca de dar visibilidade aos grupos que lutam pela construção de espaços tecnológicos feitos por e para mulheres negras. Este trabalho questiona a ideia de que a produção tecnológica é neutra, já que a forma como os conhecimentos e artefatos são produzidos em determinados contextos, revela “*saberes localizados*” (HARAWAY, 1995). O ambiente de produção tecnológica deixa de ser um espaço neutro e objetivo, em que camadas de subjetividade, parcialidade e contextos específicos são desvelados. Neste contexto, as relações e interações desses corpos no ciberespaço evidenciam o caráter de disputa deste espaço, de resistência e de (re)afirmações de identidades.

Palavra-chave: Gênero; Raça; Desigualdades; Tecnologia, Interseccionalidade.

Introdução

A tecnologia é algo que atravessa pessoas. É mais sobre pessoas do que sobre máquinas. Falar sobre mulheres negras na tecnologia é falar sobre direitos humanos. É pensar que a sociedade civil pode ser mais ampla do que estamos pensando. (SILVANA BAHIA, idealizadora do PretaLab durante abertura do evento “Mulheres negras pautando o futuro”)

A fala acima é um trecho do discurso proferido por Silvana Bahia na abertura da apresentação “Mulheres negras pautando o futuro”, realizado em junho de 2018, na cidade do Rio de Janeiro. Participei desse evento quando realizei uma breve incursão etnográfica ao Olabi *Makerspace* – espaço dedicado à apropriação de novas tecnologias – sede do PretaLab, localizado no Rio de Janeiro. Tanto a fala, quanto o próprio título escolhido para o evento, sintetizam o PretaLab, enquanto movimento que busca desenvolver reflexões e ações que visam questionar o papel, lugar e produção de mulheres negras nas tecnologias digitais, além de refletir sobre a importância do ciberespaço nas relações e interações sociais, constituído como um espaço de disputa de grupos, de resistência e (re)afirmações de identidade. As mulheres negras estão lutando por seu espaço no ciberespaço, e mais: estão usando o ciberespaço como ferramenta catalisadora de conquistas nessa luta. Elas não querem estar à mercê de um futuro; querem pautá-lo.

¹ Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

O PretaLab se define como uma campanha que busca mapear a atuação de mulheres negras e indígenas nas tecnologias. Para além de uma campanha, o PretaLab é um ponto de articulação em torno da presença de mulheres negras nos espaços digitais, seja como produtoras de tecnologia ou como produtoras de conteúdo. Pode-se dizer que é um ponto de articulação, na medida que promove encontros entre coletivos, mundo corporativo e organismos governamentais em busca de dar visibilidade aos grupos que lutam pela construção de espaços tecnológicos feitos por e para mulheres negras.

O meu encontro com o tema desta pesquisa deu-se por meio da confluência de inquietações. A ideia de programar sempre me fascinou por entendê-la como uma forma de poder, de leitura e de construção de uma linguagem. Porém, sempre me pareceu distante das minhas “habilidades”. Ao conhecer o PretaLab, identifiquei a desconstrução dessa ideia de tecnologia como algo distante, inatingível e, principalmente, encontrei um grupo que questiona: “Quem produz tecnologia? Para quem? E com quais propósitos?”

O fazer do PretaLab tornou visível a percepção de que os discursos em torno das hierarquias de gênero e de raça presentes em nossa sociedade atravessam a produção de tecnologia digital. E que, também, deu contorno ao entendimento do ciberespaço como um lugar de criação de sociabilidades, de interações sociais, e, sobretudo, de disputas de grupos, de resistência e (re)afirmações de identidade.

Esse trajeto de entendimento só foi possível ao desvelar camadas invisíveis e silêncios ruidosos, desconstruir discursos e imaginários em torno da “ideia de mulher” e de quem produz tecnologia digital.

Há 7 anos, trabalho com produção de conteúdos educativos digitais em contato diário com desenvolvedores (programadores). No decorrer dessa jornada, encontrei pouquíssimas mulheres na área, nenhuma delas era negra. “*O que parece indicar a limitação de espaços de atuação delimitados por justificativas de qualidade de traços de temperamento diferente a homens e mulheres*” (PISCITELLI, 2009). Além de “*certa determinação de lugares tido como “naturais” para negros e brancos, evidenciando a divisão do espaço profissional*” (GONZALEZ, 1980; 1984).

“Mulheres negras pautando o futuro”

Como já mencionado, durante a minha primeira visita ao PretaLab, assisti à apresentação “Mulheres negras pautando o futuro”, em que foi apresentado o levantamento de dados sobre mulheres negras e indígenas na tecnologia.

Cheguei mais cedo, às 19h30, para o evento que começaria às 20h. Notei que as 80 cadeiras disponíveis eram ocupadas por pouco menos de 20 pessoas. Dessas, destacavam-se 7 pessoas brancas, entre homens e mulheres, todos silenciosos. Com o passar das horas, dezenas de mulheres começaram a chegar e as cadeiras não foram suficientes. A sala foi povoada por dezenas de mulheres de idades variadas, pelas minhas observações, a maioria entre 20 e 30 anos e, em sua maioria, integrantes de coletivos de diferentes áreas de atuação. Muitas dessas jovens distinguiam-se por uma estética que remetia às suas ancestralidades africanas. Algumas delas usavam turbantes e roupas com tonalidades fortes, muitas delas com grafismos. Outras, tinham os cabelos soltos e volumosos e roupas datadas, que talvez até tivessem sido utilizadas por suas mães e avós. Ao observar essas mulheres, pensei “o que já foi taxado de feio e esteticamente não aceito por grupos dominantes está no centro do debate”. Elas andavam e falavam com altivez, a sala se transformou em uma festa, muitas risadas e demonstrações de afeto, os corpos próximos se tocavam e se abraçavam.

A apresentação dos dados obtidos pelo PretaLab foi realizada por meio de uma roda de conversa, composta pela mediadora Silvana Bahia e pelas participantes: Sônia Guimarães, a primeira mulher negra professora no Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA); Jurema Werneck, médica e ativista relacionada às questões de raça, gênero, orientação sexual e direitos humanos e Gabriele Roza, do rede Umunna, que produz conteúdos de valorização das mulheres negras.

O discurso desse grupo desconstrói a ideia da tecnologia como um artefato neutro. Para as mulheres presentes no encontro, em sua maioria representantes de outros coletivos, a linguagem codificada (a programação) pautará o futuro. E esta linguagem é carregada de subjetividades, já que as tecnologias são feitas por pessoas. Daí a afirmação durante a abertura do evento: “*é mais sobre as pessoas do que sobre máquinas*”.

Para o grupo, a presença das mulheres negras nas tecnologias digitais é uma forma de promover diversidade e transformar as linguagens codificadas em narrativas que elas desejam contar, a partir de suas perspectivas. Elas compreendem a participação das mulheres negras na tecnologia digital como um catalisador de conquistas, visto que a linguagem codificada é identificada pelo grupo como o lugar da criação, das possibilidades, de representatividade, de liberdade de expressão e de criação de mecanismos que assegurem direitos humanos. Para tanto, será necessário contestar “autoridades”. Tal qual Iansã, referenciada como exemplo por Jurema Werneck, que em um de seus muitos mitos, desobedece a Xangô, ao abrir a caixa que continha fogo e se apropria dessa tecnologia que ele pretendia monopolizar.

Ao longo do trabalho de campo, a questão da ancestralidade foi crescente. A identidade é, muitas vezes, deslocada para os corpos, falas e pela experiência transgeracional, em que as mulheres das correntes familiares são referendadas como as mulheres que tornaram possível o acesso das mais novas àqueles espaços – considerado por elas mulheres atuantes de ambientes de produção de tecnologia digital como espaços privilegiados. Elas atribuem essa possibilidade aos corpos de suas mães e avós, por sua geração e força de trabalho, no qual, muitas vezes, a geração anterior, teve que abdicar de suas vontades para que a geração seguinte avançasse, sempre por meio da valorização da educação:

No pós-abolição, uma das escolhas mais fortes tomadas por nossas mães é que tínhamos que estudar. Minha avó disse, minha mãe disse: “Você tem que estudar”. A gente não pode esquecer que não chegamos lá sozinhas. Vamos referenciar as mulheres que deram o sangue e a vida para a teia continuar”. Jurema Werneck, no evento “Mulheres pautando o futuro”.

Em uma narrativa circular, enquanto as mulheres mais velhas referenciavam suas antepassadas, as mais jovens, dedicavam suas lutas às crianças: *“É muito importante saber que estamos abrindo caminho para as meninas negras do Futuro”*, disse Gabriele Roza durante o evento promovido pelo PretaLab.

Outro ponto evidenciado por esse grupo é a importância das políticas públicas de acesso à universidade. Durante o encontro, a sala foi sendo envolvida pela emoção, o microfone foi “aberto” para perguntas e falas. Uma a uma, as mulheres que tomaram a voz foram ovacionadas ao relatarem suas atuações profissionais, invariavelmente, relacionadas à produção científica ou política, destacou-se um número considerável de mestrandas e doutorandas em áreas das Ciências Tecnológicas e das Ciências Humanas. Rosana Lemos, doutoranda de Ciência Política, em sua fala, afirmou: *“Mulheres na tecnologia é uma resistência, e toda resistência vem acompanhada de uma questão política”*. Já, Silvana Bahia articulou a ideia de resistência à conquista por direitos ao dizer *“Parece que tem que resolver um problema e, depois, o outro. A ideia tem que ser: com um problema eu resolvo outros problemas. As pautas devem andar juntas”*.

Discursos em torno das hierarquias de gênero e raça em nossa sociedade e sua relação com a produção de tecnologia digital

Segundo dados da ONU Mulheres (2018), dos profissionais que programam no Brasil apenas 17% deles são mulheres. Em suas falas, as mulheres que atuam na produção de tecnologias digitais presentes no evento promovido pelo PretaLab, afirmavam que os ambientes de produção tecnológica digital formados majoritariamente por homens, ressoam sentidos comuns: “mulheres não

se interessam por códigos, elas preferem trabalhar como web designer” ou “a produção tecnológica é uma área para homens, porque os homens são racionais, têm facilidade com a matemática”. Em resumo, a “programação” seria uma área para um grupo muito específico, um grupo dotado de um “tipo de cognição”, da qual os homens são “naturalmente” membros. Em resumo, tais discursos – melhor dizendo, preconceitos – carregam consigo a ideia de que a produção tecnológica exige um raciocínio lógico e que isso é privilégio de homens.

O registro histórico mostra a presença expressiva de mulheres como colaboradoras do primeiro projeto de computador eletrônico (Electronic Numerical Integrator and Computer – ENIAC). O projeto ENIAC, elaborado ao longo da Segunda Guerra Mundial, foi uma parceria da Universidade da Pensilvânia com as forças armadas americanas.

O projeto ENIAC, enquanto demanda bélica, teve como propósito automatizar e dar celeridade aos cálculos de balística. Visto que esses cálculos exigiam um alto nível técnico de conhecimento matemático e seus profissionais trabalhavam durante horas em cálculos extensos para atingir a precisão. Não podemos nos esquecer, que nessa época, os cálculos eram feitos à mão. Essa atividade altamente qualificada, era nomeada à época como “computadoras”, por ser realizada exclusivamente por mulheres matemáticas reconhecidas academicamente por suas altas notas nas disciplinas de cálculo e estatística. A transposição das “computadoras” para o nosso tempo, chama-se “programadores”.

Isto é, profissional com capacidade de escrever linhas de códigos, isto é, sentenças matemáticas. Linguagens codificadas que materializam artefatos digitais, tais como um site, uma rede social, um algoritmo de busca ou um rastreador de percursos de usuários na rede. Ainda no projeto ENIAC, nota-se que as mulheres, diferentes dos engenheiros que eram tratados por seus nomes pessoais, eram identificadas de forma coletiva como “ENIAC Girls”. Criando assim, uma nítida hierarquização de função vinculadas aos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Enquanto os homens com seus nomes próprios eram os desenvolvedores do *hardware*, as mulheres, apagadas em suas identidades e agrupadas em um coletivo profissional, eram as *computadoras* do *software*.

No mesmo período, o desenvolvimento do *hardware*, função predominantemente masculina era tido como superior em relação ao *software*. Assim, cabia às mulheres executar funções ditadas pelos homens. No fluxo dessa hierarquização, não foi surpresa que apenas os homens envolvidos no projeto, receberam o reconhecimento. Enquanto a atuação das mulheres foi silenciada, isto é, não pronunciada (ARAÚJO, 2018 *apud* LIGHT, 199).

A hierarquização dos papéis de homens e mulheres foi construída a partir da preeminência do *hardware* em relação ao *software* em um ambiente científico e acadêmico. O que nos faz pensar nas reflexões de Haraway: sobre a ciência como retórica e a convicção dos atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo, reforçando a natureza retórica da verdade, aí incluída, a verdade científica (CADERNOS PAGU, 1995).

A narrativa do projeto ENIAC, tal como um mito, é “bom para pensar”. Vivemos na era da primazia do *software* em oposição ao *hardware*. Na era dos “gênios” da programação, dos jovens arrojados, moradores do Palo Alto, das *startups* unicórnio. Façamos uma pausa: cite mentalmente, quais são os nomes que vêm à sua mente ao pensar em renomados produtores de tecnologias digitais? Quantos desses nomes são de mulheres? Vamos além, quantos desses nomes são de mulheres negras?

Observa-se uma rotação de importância, na qual a função vinculada aos atributos femininos, a capacidade de escrever em uma linguagem codificada matematicamente, tida no contexto da Segunda Guerra como meramente “executora”, a partir dos anos 2000, torna-se símbolo da racionalidade, inventividade e inteligência elaborada por “gênios”, por jovens arrojados. Isto é, por homens, em sua maioria, brancos e heterossexuais.

O projeto ENIAC é um episódio, entre muitos, que revela o processo sistemático de “apagamento” da participação das mulheres nas construções tecnológicas e, sobretudo, da construção de ideias naturalizantes, relacionadas ao corpo e à sua subjetividade. Na qual, as mulheres são seres emocionais, portanto, não racionais. Seres complexos, portanto, não objetivas. Dessa forma, “incapazes” de produzir tecnologia, concebida como um produto da racionalidade e da objetividade.

Nesse pressuposto, residem os questionamentos do PretaLab: “Quem faz tecnologia? Para quem? E com qual propósito? Pessoas de um mesmo grupo, com uma mesma subjetividade e semelhanças de histórias de vida não podem construir tecnologia para todos os outros grupos”, anotado da fala de Silvana Bahia no evento.

A partir desse contexto, observamos que os artefatos digitais são construídos a partir da subjetividade e das relações que emergem dos corpos de homens brancos e heterossexuais, o que revela a presença de marcadores sociais da diferença, tais como raça, gênero e classe. A presença desse fluxo de marcadores sociais é materializada também em seus fazeres. Como por exemplo, nas nomeações de mecânicas de programação, como por exemplo, a terminologia “servidor escravo”, ou até mesmo a denominação da categoria “pai” superior à categoria “mãe”, em estruturas de

hierarquia de organização de informação, também o uso de voz feminina, comumente atribuída aos ajudantes pessoais de voz automatizada. Outro exemplo são os identificadores de tecnologia facial que não reconhecem com nitidez a fisionomia de pessoas negras. É conhecido o episódio em que usuários identificaram que o algoritmo de reconhecimento do Google categorizou uma mulher e um homem negros como gorilas (EL PAÍS, 2018).

As mulheres produtoras de tecnologia digitais, questionam a produção desses homens por acreditarem que estão calcadas em ideias de naturalização e neutralidade. Onde, esse homem branco e heterossexual poderia representar a todos, ocultando assim, as relações de dominação, parcialidade e, sobretudo, perpetuando desigualdades.

As falas aqui citadas revelam a construção de naturalizações de espaços sociais diferenciados para homens e mulheres. O que nos faz refletir sobre a questão de gênero, termo construído no interior do debate feminista. Mas antes de avançarmos na discussão sobre o conceito de *gênero*, é preciso destacar a produção da antropóloga, Margaret Mead, que em 1930, apresentou uma importante pesquisa comparativa entre três sociedades tribais da Nova Guiné. Em sua pesquisa, Mead mostrou que nas sociedades Arapesh e Mundugumor, homens e mulheres tinham comportamentos semelhantes. Enquanto na sociedade Tchambuli, a mulher seria a dirigente, dominadora e impessoal, já o homem, seria o emocionalmente dependente e menos responsável. Os comportamentos apresentados nas três sociedades citadas contrariaram a crença de temperamentos inatos relacionados ao sexo atribuída pela sociedade estadunidense. Mead demonstrou que esses comportamentos são culturalmente aprendidos e não inatos. Donna Haraway, reafirma esse pressuposto ao refletir sobre a elaboração do conceito de gênero:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. Já que o conceito de gênero está tão intimamente ligado à distinção ocidental entre natureza e sociedade ou natureza e história, via a distinção entre sexo e gênero [...] (HARAWAY, 2004).

Judith Butler (1990) vai além, ao propor que as noções de feminino e masculino não estão conectadas aos corpos de homens e mulheres. Para Butler, é preciso que a categoria *gênero* inclua todas as categorias de pessoas e que torne visível as relações de poder e a produção discursiva em torno da noção de sexo, reformulando a noção do sujeito mulher:

[...] a noção binária de masculino/feminino constituiu não só a estrutura exclusiva em que especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia etc., e outros eixos da relação de poder, dos quais tanto constituem “a identidade” como torna equívoca

a noção singular de identidade. Assim, não é possível compreender o sujeito mulher em termos estáveis ou permanentes. A noção de gênero deve ser formulada para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discurso e ocultam, dessem modo a própria operação da produção discursiva. (BUTLER, 1990)

Nesse sentido, Haraway evidencia que a teoria feminista de gênero deve simultaneamente ser uma teoria da diferença racial nas condições históricas específicas de produção e reprodução. Isto porque não é possível universalizar uma ideia de mulher, é preciso considerar as diferenças nas quais raça, nacionalidade, sexo, classe se entrelaçam:

[...] no Novo Mundo, e particularmente nos Estados Unidos, as mulheres negras não foram constituídas como “mulher”, como o foram às mulheres brancas. As mulheres negras foram simultaneamente constituídas, racial e sexualmente – como fêmea marcada (animal, sexualizada, e sem direitos), mas não como mulher (humana, esposa potencial, conduto para o nome do pai) – numa instituição específica, a escravidão, que as excluía da “cultura” definida como a circulação de signos através do sistema de casamento. Se o parentesco investia os homens com direitos sobre as mulheres que elas próprias não detinham sobre si mesmas, a escravidão aboliu o parentesco para um grupo num discurso legal que produziu grupos inteiros de pessoas como propriedade alienável. MacKinnon definiu a mulher como uma figura imaginária, objeto de desejo do outro, tornada real.

No patriarcado branco norte-americano, as mulheres livres eram trocadas num sistema que as oprimia, mas as mulheres brancas herdavam mulheres e homens negros. Como Hurtado observou, no século dezenove as feministas brancas notáveis eram casadas com homens brancos, enquanto as feministas negras eram propriedade dos homens brancos. Num patriarcado racista, a “necessidade” de filhos racialmente puros, por parte dos homens brancos, colocava as mulheres livres e às não livres em espaços incompatíveis, simbólica e socialmente assimétricos (HARAWAY, 2004).

Haraway apresenta um processo de desumanização das mulheres negras e, também, da distinção social e simbólica entre mulheres negras e brancas. Ressaltando assim, a impossibilidade de abordar o tema gênero, sem considerar categorias como raça, sexo, nacionalidade e classe.

Nessa perspectiva, as categorias raça e gênero, expressam-se como marcadores que, articulados entre si, constroem significados múltiplos, hierarquias poderosas e sistemas de discriminações. Dessa forma, será preciso contextualizar as articulações entre essas categorias enquanto construções históricas, locais e culturais, presentes em todas as esferas da sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2013).

Também é importante analisar como as mulheres foram sendo postas de lado no mundo das tecnologias digitais e como no Brasil, isso é acentuado pelo fato de serem mulheres negras. Será que essa ausência teria relação com a “divisão racial do espaço”? Termo utilizado pela antropóloga e renomada feminista negra, Lélia Gonzalez, ao evidenciar que, desde os tempos coloniais há lugares determinados como “naturais” para brancos e negros. Se sim, como essa determinação articula-se ao gênero?

Na virada do século, passamos a acompanhar o crescimento da participação das mulheres negras em diferentes segmentos da sociedade, especialmente nas universidades. Porém, persistiram desigualdades, em que raça e gênero são determinantes para a inserção no mercado de trabalho (IPEA, 2013).

Em contrapartida, disseminou-se a formação de grupos de mulheres que se reúnem em espaços físicos e digitais, como por exemplo, em coletivos, páginas de redes sociais, grupos fechados nas redes e blogues. Os espaços digitais têm se constituído como espaços de liberdades, em que narrativas de vida são apresentadas, problemas cotidianos são compartilhados, desejos e objetivos são valorizados. Os espaços ecoam vozes para além de seus territórios digitais, formam coros – redes – em torno da luta pela ampliação da atuação de mulheres negras na mídia, na arte, na política, na produção intelectual, nas tecnologias etc.

Como todo movimento social, “esses passos vêm de longe” e as décadas de 1980 a 1990 foram um período de intensa produção acadêmica e militante em torno das questões do feminismo negro no Brasil. Ao romper com construções estigmatizadas das identidades das mulheres negras e das limitações de seus espaços de atuação na sociedade brasileira, devido à hipersexualização de seus corpos e à construção de uma ideia de mulher negra cuidadora. Nesse contexto, destacaram-se as produções de Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que aprofundaram o debate ao pensar gênero articulado ao racismo, e que posteriormente, seria chamado de “Interseccionalidade”.

As pensadoras citadas acima viviam em um cenário político na época, no qual as mulheres negras não eram sujeitos de reflexão nos movimentos feministas e, tampouco, no movimento negro. Já que os movimentos sociais pautaram suas lutas em torno de uma ideia de igualdade, enquanto o homem negro representava raça, a mulher branca representava a questão de gênero (GONZALEZ, 1988).

Ao refletir sobre os lugares ocupados por mulheres negras nas tecnologias digitais, a *interseccionalidade* é um recurso metodológico relevante ao referir-se à “*multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social*” (PSCITELLI, 2008). O termo interseccionalidade surge em 1970, no bojo do movimento Black Feminism, criado pela jurista e teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, que explicita a necessidade de considerarmos concomitantemente as categorias (raça, gênero, classe etc) de forma não excludentes. O termo é também uma crítica ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

A análise incorpora, assim, a questão de gênero na de raça. E por sua vez, a questão de raça, no gênero. Esse movimento metodológico é imprescindível para dar conta das diferenças, dentro das diferenças.

A interseccionalidade enquanto uma forma de produzir conhecimento, pode nos revelar “saberes localizados”, ou seja, a contextualização da produção de qualquer conhecimento. Tal relação é interessante ao analisarmos como a produção tecnológica deixa de ser vista como um espaço neutro, objetivo e controlado. Os questionamentos em torno do discurso de neutralidade evidenciam controvérsias, conflitos e negociações, evidenciando as relações histórico-culturais e de poder, levando a reflexão sobre a influência das relações de gênero, raça, classe e demais marcadores sociais nas produções tecnológicas (FREITAS e LUZ, 2017).

O que nos faz pensar nas reflexões de Haraway: sobre a ciência como retórica e a convicção dos atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo, reforçando a natureza retórica da verdade, aí incluída a verdade científica (HARAWAY, 1995).

Resistência no ciberespaço

Não podemos perder de vista que o ciberespaço é controlado e que os territórios digitais estão em disputa. Durante o encontro do PretaLab, em junho de 2018, no Rio de Janeiro, os coletivos se definiam enquanto quilombos, em suas interpretações, espaços de resistência e de criação. Neste ambiente controlado, a formação de uma rede de apoio e troca de conhecimento é vital para todo movimento político, como é o caso do PretaLab. Ao longo do encontro, esta rede foi se tornando visível por meio das representantes dos coletivos que continuamente evidenciavam a importância de outros coletivos para a manutenção do coletivo que integrava.

Nesse sentido, pode-se pensar a atuação dos coletivos nos espaços digitais, a partir do que propõe Heather A. Horst e Daniel Miller (2015): os espaços digitais são invenções localizadas, os modos como são apropriadas e reinventadas dizem muito sobre os grupos que a utilizam e, em nosso campo, como a criam e recriam. Criando elos entre experiências individuais e sociais.

Meu segundo encontro presencial com o PretaLab, foi na Virada Cultural de São Paulo, em maio de 2019, onde foi realizada a proposta “Maratona de pesquisa e inserção de mulheres negras na Wikipédia”. Logo no início da atividade, Maria Rita Casagrande, programadora negra, uma das inspirações do projeto, evidenciou a ausência do verbete feminismo negro. *“A Wikipédia não diz que a Djamila Ribeiro é uma feminista negra, existe apenas o verbete feminista. Se não há foto, não é possível saber que a Djamila é uma feminista negra. Ela se questiona: “como não somos referência de*

mundo? Temos que construir as referências". Essa foi a proposta da atividade, refletir sobre a ausência de verbetes de mulheres negras e impulsionar a criação de verbetes sobre mulheres negras na plataforma colaborativa de pesquisa. A todo momento, as participantes questionavam: *"Como é possível, que a Jurema Werneck não está na Wikipédia? Não acredito, a Preta Rara também não..."*.

Vale destacar que, as mulheres sempre foram distanciadas da produção tecnológica e aproximadas das atividades relacionadas aos trabalhos artesanais, de cuidados e bem-estar social. Assim, verificou-se também que somente 13% dos autores que postam informações na Wikipédia são mulheres (KELTY, 2008).

Conclusão

Monica Machado Cardoso, em seu livro "Antropologia Digital e Experiências Virtuais do Museu de Favela" (2018), por meio da interpretação da obra de Miller e Sinanan, entende que o ambiente digital é ambivalente e está situado entre a abertura e fechamento das visões de mundo. Sendo assim, o ciberespaço, a um só tempo, retém traços culturais passados e associados às novas marcações de sentido. O que permite entender a narrativa produzida pelo movimento PretaLab em correlação à ideia de mito, como reflexões sobre o vivido. Essas mulheres, reunidas em grupos, estão buscando conceber e recriar suas atuações no mundo por meio de linguagens codificadas e do questionamento sobre a produção de tecnologia digital (LÉVI-STRAUSS, 2005).

Ao longo dos encontros com o PretaLab e sua rede, as mulheres, por meio de seus corpos, suas falas e interditos, evidenciaram a busca por aquilo que bell hooks nomeou como:

Tornei-me a minha própria testemunha esclarecida, capaz de analisar as forças que atuavam sobre mim e, através dessa compreensão manter um senso separado de mim mesma. Ferida, às vezes perseguida e vítima de abusos, encontrei na vida intelectual um refúgio, um abrigo aonde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas e com isso construir minha identidade subjetiva (HOOKS, 1995).

E assim, como enunciado por Lélia e Gonzalez em "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira", foram criados espaços para as "mulheres negras assumirem a sua própria fala" (GONZALEZ, 1984). E, dessa forma, a PretaLab colabora para a humanização das mulheres negras ao entender que sujeitos são aqueles que definem suas realidades, estabelecem suas identidades e nomeiam sua história, enquanto os objetos são aqueles que serão definidos pelos sujeitos (HOOKS, 1989).

Referências

- ARAÚJO, Daniela. **Feminismo e Cultura Hacker**: intersecções entre política, gênero e tecnologia. Tese de doutorado: Unicamp, 2018.
- BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Estudos Feministas, nº 2, 1995.
- BARRETO, Raquel Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação de Mestrado: PUC-RJ, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Editora Routledge, Chapman & Hall, 1990.
- CARDOSO, Monica Machado. **Antropologia Digital e Experiências Virtuais do Museu de Favela**. Curitiba, Appris, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, vol. 17, n. 49, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, vol. 01, 2002, p. 171-263.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EL PAÍS. **Google conserta seu algoritmo “racista” apagando os gorilas**. Acesso em: 04 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/14/tecnologia/1515955554_803955.html>.
- FREITAS, Lucas Bueno; LUZ, Nanci Stancki da. **Gênero, Ciência e Tecnologia**: estado da arte a partir de periódicos de gênero. *Cadernos Pagu* vol. 49, 2017.
- gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.42, p. 201-248, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. *Revista Isis. Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- _____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** in *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. vol. 22, 2014.
- _____. **Manifesto ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX in *Antropologia do ciborgue – As vertigens do pós-humano*. 2000.
- _____. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, vol. 5, p. 07-41, 1995.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, vol. 26, n. 1, 2014.
- HOOKS, bell. **Feminism is for everybody**: Passionate politics. Pluto Express, 2000.
- _____. **Feminist theory**: from margin to center. South end Press, 2000.
- IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Organizadoras: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. Brasília: IPEA, 2013.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo, Papyrus, 2005.
- MILLER, Daniel; HORST, Heather. **Digital Anthropology**. London: Berg, 2012.

MILLER, Daniel; SINANAN, Jolynna. **Visualising Facebook**. London: UCL Press, 2017.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad**. *in* Horizontes Antropológicos, vol. 10, p. 21, 2004.

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e**

PISCITELLI, Adriana. **Gênero, a história de um conceito**. *in* Diferenças, igualdades. Org.

ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. Editora Sociedade em Foco, 2009.

_____. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul./dez. 2008, p. 263 a 274.

PRETALAB. **Levantamento sobre a necessidade e a pertinência de incluir mais mulheres negras na inovação e tecnologia**. Acesso em: 04 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.PretaLab.com>>.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. Dissertação de mestrado: Unifesp, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A questão racial brasileira vista por três professores**. *in* REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 168-179, dez./fev. 2005-2006.